PORTARIA N. 06/2018

O Excelentíssimo Senhor André Augusto Messias Fonseca, Juiz de Direito da Vara da Fazenda Pública, Acidentes do Trabalho e Registros Públicos da Comarca de Palhoça, na forma da lei,

CONSIDERANDO as inúmeras ações em que se busca o fornecimento de medicamentos ou tratamentos de saúde ajuizadas contra o Poder Público;

CONSIDERANDO que a maioria dessas ações aparece desacompanhada de informações e documentos imprescindíveis para a análise dos pedidos de antecipação da tutela;

CONSIDERANDO as teses firmadas pelo Superior Tribunal de Justiça, no julgamento do REsp n. 1.657.156/RJ (Tema 106 do STJ), e pelo Tribunal de Justiça de Santa Catarina, no Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas n. 0302355-11.2014.8.24.0054/50000;

CONSIDERANDO que os atos meramente ordinatórios independem de despacho, devendo ser praticados de ofício pelo servidor e revistos pelo juiz quando necessário (art. 203, §4º, do CPC/2015);

CONSIDERANDO que a atividade de conferência da petição inicial e dos documentos que a acompanham é bastante simples, e que eventual defeito nessa fase do processo pode ser resolvido mediante intimação do autor, ato meramente ordinatório, sem carga decisória,

RESOLVE:

1. DETERMINAR que os servidores vinculados a esta unidade, sob orientação e supervisão da Chefia de Cartório, realizem a triagem de todas as petições iniciais que contenham pedido de medicamento, cirurgia, exame ou outras providências relacionadas à saúde;

2. Quanto aos documentos que acompanham a inicial, DETERMINAR que o servidor verifique se o autor trouxe os seguintes, em formato legível:

2.1. Medicamento não padronizado

(a) formulário contido no "Anexo I - Declaração de Hipossuficiência" desta portaria preenchido pelo autor;

(b) formulário contido no "Anexo II – Medicamento" desta portaria, atualizado, preenchido em letra legível pelo médico que prescreveu o tratamento pleiteado;

(c) comprovante de residência atual e em seu nome, valendo-se para tanto de contas de água, luz, telefone, internet, tv por assinatura ou correspondência bancária;

(d) receita médica contendo o medicamento requerido;

(e) negativa formal de fornecimento do(s) medicamento pelo Poder Público (Estado e/ou Município), OU justificativa da impossibilidade de sua obtenção;

(f) orçamento de 3 farmácias da região contendo o custo dos medicamentos;

(g) documentos que demonstrem a condição financeira do autor e de seu núcleo familiar, tais como: comprovantes de rendimentos, carteiras de trabalho e cópia da última declaração do imposto de renda; (e.1) Certidão de propriedade de imóveis emitida pelo registro imobiliário e certidão de propriedade de veículos emitida pelo DETRAN em nome do autor e de seu cônjuge; (e.2) comprovantes das despesas mensais fixas (aluguel, luz, água, medicação uso contínuo, etc.);

2.2. Medicamento padronizado

(a) comprovante de residência atual e em seu nome, valendo-se para tanto de contas de água, luz, telefone, internet, tv por assinatura ou correspondência bancária;

(b) receita médica contendo o medicamento requerido;

(c) negativa formal de fornecimento do(s) medicamento pelo Poder Público (Estado e/ou Município), OU justificativa da impossibilidade de sua obtenção;

(d) comprovante de rendimentos (exemplos: declaração de IR, cópia de folha de pagamento etc) e certidões de bens móveis e imóveis em seu nome e de seu cônjuge/companheiro (certidões do RI e do DETRAN), caso haja pedido de gratuidade da justiça;

2.3. Cirurgia/Exames

(a) formulário para requerimento, contido no "Anexo III - Cirurgia" ou "Anexo IV - Exame" desta portaria, atualizado, preenchido em letra legível pelo médico que prescreveu o tratamento pleiteado;

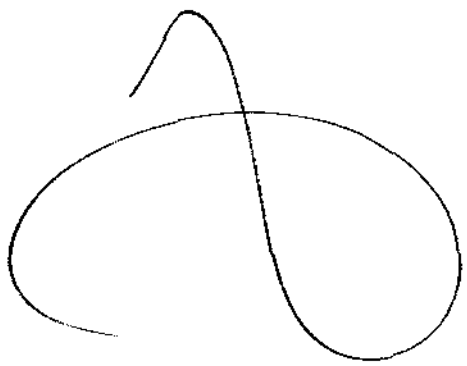
(b) comprovante de residência atual e em seu nome, valendo-se para tanto de contas de água, luz, telefone, internet, tv por assinatura ou correspondência bancária;

(c) documento indicando a posição do autor na lista de espera para realização do procedimento;

(d) orçamentos do valor da cirurgia/exame em clínica particular;

(e) comprovante de rendimentos (exemplos: declaração de IR, cópia de folha de pagamento etc) e certidões de bens móveis e imóveis em seu nome e de seu cônjuge/companheiro (certidões do RI e do DETRAN), caso haja pedido de gratuidade da justiça;

3. DETERMINAR que, na ausência de alguma informação ou documento acima listados, o servidor pratique ato ordinatório no sentido de intimar o autor, por meio de seu advogado, para emendar a inicial, no prazo de 15 dias, utilizando o seguinte modelo de redação e adaptando-o ao caso concreto:



"Fica intimada a parte autora para emendar a inicial, em 15 dias, tomando as providências identificadas com o sinal "X" entre parênteses, sob pena de indeferimento do pedido liminar:
( ) juntar ao processo o formulário contido no "Anexo I - Declaração de Hipossuficiência" desta portaria preenchido pelo autor (disponível em: https://www.tjsc.jus.br/atos-normativos/palhoca);
( ) juntar ao processo o formulário contido "Anexo II – Medicamento" desta portaria, atualizado, preenchido em letra legível pelo médico que prescreveu o tratamento pleiteado, disponível em: https://www.tjsc.jus.br/atos-normativos/palhoca;
( ) juntar ao processo o formulário contido no "Anexo III – Cirurgia" desta portaria, atualizado, preenchido em letra legível pelo médico que prescreveu o tratamento pleiteado, disponível em: https://www.tjsc.jus.br/atos-normativos/palhoca;
( ) juntar ao processo o formulário contido no "Anexo IV – Exame" desta portaria, atualizado, preenchido em letra legível pelo médico que prescreveu o tratamento pleiteado, disponível em: https://www.tjsc.jus.br/atos-normativos/palhoca;
( ) juntar comprovante de residência atual e em seu nome, valendo-se para tanto de contas de água, luz, telefone, internet, tv por assinatura ou correspondência bancária;
( ) juntar receita médica contendo o medicamento/tratamento requerido;
( ) juntar negativa formal de fornecimento do(s) medicamento pelo Poder Público (Estado e/ou Município), OU justificativa da impossibilidade de sua obtenção;
( ) juntar orçamento de 3 farmácias da região contendo o custo dos medicamentos;
( ) juntar 1 orçamento, no mínimo, do valor da cirurgia/exame em clínica particular para fins de fixação da competência;
( ) juntar documento indicando a posição do autor na lista de espera para realização do procedimento, ou sendo o caso, a negativa de fornecimento;
( ) juntar documentos que demonstrem a condição financeira do autor e de seu núcleo familiar, tais como: (a) comprovantes de rendimentos, carteiras de trabalho e cópia da última declaração do imposto de renda; (b) Certidão de propriedade de imóveis emitida pelo registro imobiliário e certidão de propriedade de veículos emitida pelo DETRAN em nome do autor e de seu cônjuge; (c) comprovantes das despesas mensais fixas (aluguel, luz, água, medicação uso contínuo, etc.);
( ) juntar comprovante de rendimentos (exemplos: declaração de IR, cópia de folha de pagamento etc) e certidões de bens móveis e imóveis em seu nome e de seu cônjuge/companheiro

(certidões do RI e do DETRAN), de modo a comprovar sua alegação de hipossuficiência econômica e viabilizar a correta análise do pedido de gratuidade da justiça;

4. DETERMINAR que, caso a parte solicite maior prazo para a emenda, o servidor pratique o seguinte ato:

> Fica a parte autora ciente de que este processo permanecerá em cartório pelo prazo de X dias (contados a partir da publicação deste ato), conforme solicitado, aguardando a emenda da inicial. Findo este prazo, o processo será remetido ao gabinete do magistrado.

5. DETERMINAR que, caso a primeira ordem de emenda não seja cumprida integralmente, seja realizado novo ato ordinátório para a tomada das providências faltantes, com o mesmo prazo de 15 dias;

6. DETERMINAR que sejam realizados no máximo dois atos ordinatórios oportunizando a emenda, sendo que depois disso o processo deverá ser remetido ao gabinete para a análise do Juiz.

7. DETERMINAR, ainda, que, nos processos de fornecimento de medicamento/cirurgia/exames, cuja tutela de urgência tenha sido deferida, se a parte autora peticionar requerendo o sequestro de verbas públicas, o servidor pratique o seguinte ato:

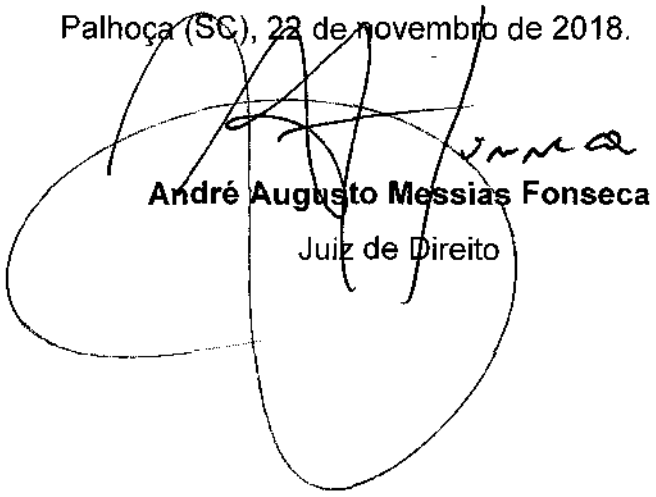
> Fica o réu intimado para, no prazo de 48 (quarenta e oito horas), manifestar-se sobre o teor da petição de fls. *, devendo comprovar a entrega do(s) medicamento(s), sob pena de sequestro de valores via BACENJUD.

Encaminhem-se cópias desta portaria à Corregedoria-Geral de Justiça, à Subseção da Ordem dos Advogados do Brasil, à Defensoria Pública do Estado e ao Ministério Público do Estado.

Publique-se uma via original no local de costume, visível ao público externo.

Arquive-se uma via original em Cartório. Arquive-se uma via original na Secretaria do Foro.

Palhoça (SC), 22 de novembro de 2018.



André Augusto Messias Fonseca

Juiz de Direito

ANEXO II – MEDICAMENTO

NOME DO(A) PACIENTE:

1) Quais as características e sintomas da patologia que acomete o paciente, qual o tempo da doença e do tratamento? Qual o CID (categoria e subcategoria)?

_____

_____

_____

_____

2) O Sistema Único de Saúde possui política pública (tratamento/medicamento) destinado à enfermidade que acomete o paciente? Quais (especificar)?

_____

_____

_____

_____

3) Já houve tratamento prévio com os medicamentos oferecidos pelo SUS? Em caso positivo, nominar os fármacos utilizados, especificar o período de tratamento e a resposta do paciente. Em caso negativo, indicar quais os motivos de exclusão dos fármacos fornecidos pelo SUS no caso do paciente.

_____

_____

_____

_____

_____

_____

4) Os medicamentos indicados na sua prescrição podem ser substituídos por algum medicamento disponibilizado pelo Sistema Único de Saúde ou descrito nos Protocolos Clínicos e Diretrizes Terapêuticas do Ministério da Saúde? Na hipótese de possibilidade de substituição, qual a indicação, posologia e modo de administração?

_____

_____

_____

5) Caso entenda inviável tal substituição, expor os motivos que contraindicam ou desabonam o uso pelo paciente dos medicamentos fornecidos pelo SUS.

6) Não sendo possível a utilização de medicamentos já padronizados pelo Sistema Único de Saúde, qual é o fármaco indicado para tratamento da doença? Informar a sua Denominação Comum Brasileira (DCB) ou, na sua falta, a Denominação Comum Internacional (DCI), o seu princípio ativo, seguido, quando pertinente, do nome de referência da substância, posologia, modo de administração.

7) Quais são os benefícios do medicamento indicado face àqueles disponíveis na rede pública de saúde (item 2)?

8) O(s) medicamento(s) prescrito(s) possui registro na Anvisa?

9) O medicamento indicado, mas não padronizado para a doença (CID) que acomete o paciente está padronizado pelo Sistema Único de Saúde para o tratamento de outras enfermidades?

10) Em caso de prescrição diversa daquela expressamente informada pelo seu fabricante (off label), apresentar a justificativa técnica pertinente, baseada em evidências científicas (Medicina Baseada em evidências) da sua indicação.

_____

_____

_____

_____

11) Quais as consequências/riscos ao paciente caso este não seja tratado da forma prescrita?

_____

_____

_____

_____

12) A não utilização imediata do medicamento implica em risco de morte? Justifique

_____

_____

_____

_____

13) A não utilização imediata do medicamento implica no agravamento da doença? Justifique.

_____

_____

_____

_____

Local:_____ Data:____/____/_____.

Endereço: _____.

Telefones para contato:_____.

E-mail: _____.

Carimbo e Assinatura:_____.

ANEXO I – DECLARAÇÃO DE HIPOSSUFICIÊNCIA FINANCEIRA

Dados Pessoais

Nome do autor:

Idade:

Estado civil: ( ) solteiro
( ) casado
( ) divorciado
( ) viúvo
( ) união estável

Profissão:

Empresa empregadora:

Remuneração bruta:

Membros que compõe o núcleo familiar

Ascendentes	Nome: Profissão:	
	Nome: Profissão:	
Descendentes	Nome: Profissão:	Idade:
	Nome: Profissão:	Idade:
	Nome: Profissão:	Idade:

Renda Familiar

Nome:

Parentesco: Remuneração:

Nome:

Parentesco: Remuneração:

Nome:

Parentesco: Remuneração:

Nome:

Parentesco: Remuneração:

Despesas Fixas	Valor
	TOTAL:

As informações prestadas devem ser comprovadas por meio de documentos, tais como:

(a) comprovante de rendimentos dos integrantes do núcleo familiar;

(b) certidão de propriedade de imóveis emitida pelo registro imobiliário;

(c) certidão de propriedade de veículos emitida pelo DETRAN em nome do autor e de seu cônjuge;

(d) comprovante das despesas fixas (água, luz, aluguel, alimentação, medicamentos de uso contínuo; etc.);

Local:__________________________________ Data:____/____/______.

____

Assinatura do(a) Autor(a)

ANEXO III – CIRURGIA

NOME DO(A) PACIENTE:

1) Quais as características e sintomas da patologia que acomete o paciente, qual o tempo da doença e do tratamento? Qual o CID (categoria e subcategoria)?

_____

_____

_____

_____

2) Qual o procedimento/cirurgia que a paciente necessita realizar?

_____

_____

_____

_____

3) O sistema Único de Saúde fornece a cirurgia e materiais indicados? Há fila de espera para realização do procedimento? Qual a ordem da paciente na lista de espera para realização de cirurgia?

_____

_____

_____

_____

4) A cirurgia em questão é a única opção efetiva para tratamento do quadro apresentado pela paciente? Justifique.

_____

_____

_____

5) O quadro clínico da paciente exige a realização imediata do procedimento indicado? Qual o tempo máximo de espera para sua realização sem prejuízo ao tratamento clínico do paciente?

_____

_____

_____

_____

6) Quais são os riscos, caso a paciente NÃO realize o procedimento no tempo máximo indicado? Há risco de morte?;

_____

_____

7) A cirurgia indicada pode ser caracterizada como eletiva ou de urgência/emergência?

_____

8) Há alguma condição especial no quadro de saúde do paciente para justificar que ele seja tratado com preferência sobre os demais que esperam a realização do procedimento? Explique.

_____

_____

_____

_____

Local:_____ Data:____/____/_____.

Endereço: _____.

Telefones para contato:_____.

E-mail: _____.

Carimbo e Assinatura:_____.

ANEXO IV – EXAME

NOME DO(A) PACIENTE:

1) Quais as características e sintomas da patologia que acomete o paciente, qual o tempo da doença e do tratamento? Qual o CID (categoria e subcategoria)?

_____

_____

_____

_____

2) O Sistema Único de Saúde possui política pública (exame) destinada à enfermidade que acomete o paciente? Quais (especificar)?

_____

_____

_____

_____

3) Os exames disponibilizados pelo Sistema Único de Saúde ou descritos nos Protocolos Clínicos e Diretrizes Terapêuticas do Ministério da Saúde são ineficazes ou impróprios para o diagnóstico do quadro clínico do paciente? Por quê?

_____

_____

_____

_____

4) Não sendo possível a realização de exames médicos já padronizados pelo Sistema Único de Saúde, qual é o exame indicado para diagnóstico e posterior tratamento da doença? Quais são os benefícios do exame indicado face àqueles disponíveis na rede pública de saúde (item 2)?

_____

_____

_____

_____

5) O quadro clínico do paciente exige a realização imediata dos exames solicitados? Qual

o tempo máximo de espera para a sua realização sem prejuízo ao tratamento clínico do paciente?

_____

_____

_____

6) A não realização do exame solicitado coloca em risco a vida do paciente? Quais os riscos, caso o paciente não seja examinado da forma prescrita e com urgência?

_____

_____

_____

7) Sendo possível a realização do exame através da rede pública de saúde, há fila de espera para realização do exame? Qual a ordem da paciente na lista de espera?

_____

_____

_____

8) Caso positivo, há alguma condição especial no quadro de saúde do paciente para justificar que seja tratado com preferência sobre os demais que esperam a realização do procedimento? Quais?

_____

_____

_____

_____

Local:_____ Data:____/____/_____.

Endereço: _____.

Telefones para contato:_____.

E-mail: _____.

Carimbo e Assinatura:_____.